



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS

Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Quinta - feira, 24 de Novembro de 2022 | Ano 04, n.º 86 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

UM ANO DE ARSÉNIA MASSINGUE NO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Papel da Ministra não é comentar sobre crimes, mas combatê-los

- É um caso típico de inversão de papéis por quem tem a missão de combater o crime e garantir a ordem e tranquilidade públicas. Arsénia Massingue, a mulher que dirige o Ministério do Interior há um ano, tem se destacado em comentários, muitas vezes críticos sobre a actuação de instituições subordinadas ao seu Ministério. Na passagem de um ano depois do seu empossamento, o CDD lembra à Ministra que o seu papel não é comentar sobre crimes, mas combatê-los de forma enérgica, o que é uma forma de garantir a segurança e proteger os direitos humanos.



Quando em Novembro de 2021 chegou ao Ministério do Interior, foi apresentada pela propaganda governamental como uma “mulher de ferro”, no lugar certo e em momento certo para combater a criminalidade e garantir a ordem e tranquilidade públicas em Moçambique. Mas, um ano depois, o crime continua a prosperar de forma assustadora um pouco por todo o país, sob olhar impávido de quem devia o combater.

Os frequentes casos de raptos são o exemplo mais flagrante de como o crime organizado tem estado a actuar na maior tranquilidade, colocando em causa a liberdade das pessoas e outros direitos humanos fundamentais. Além de pagamentos de resgates, há casos bizarros largamente reportados na imprensa sobre pagamento de taxas de liberdade como condição para as pessoas não serem sequestradas. Os casos, que têm como principais vítimas cidadãos de origem asiática ligados ao mundo empresarial, são, regra geral, cometidos à luz do dia e até próximo de esquadras policiais, com os raptos menos preocupados

com a actuação das autoridades de lei e ordem.

Há casos, também não menos bizarros, em que depois de denunciarem as chantagens dos raptos à Polícia, as vítimas recebem chamadas dos sequestradores a informarem que estão a acompanhar tudo, um caso surreal sobre a captura do Estado pelo crime organizado. A indústria dos raptos tem, pois, tentáculos enraizados no Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e na Polícia da República de Moçambique (PRM).

Aliás, à semelhança da Ministra do Interior, a Procuradora-Geral da República (PGR), Beatriz Buchili, já admitiu publicamente o envolvimento, não apenas de agentes do SERNIC e da PRM, mas também de magistrados e até de advogados, apontando essa como uma das barreiras no combate aos sequestros no país. Face à multiplicação dos raptos perante o olhar impávido das autoridades, muitos empresários de origem asiática têm estado a abandonar o país, retirando seus investimentos para outras partes do mundo.

Ministra de recados

Quando os cidadãos esperam respostas mais ousadas da parte do Governo para pôr termo aos raptos e outros crimes que colocam em causa direitos humanos fundamentais, incluindo a própria vida, o que encontram, pelo menos da Ministra do Interior, são comentários de uma dirigente que, regra geral, atira culpas às instituições subordinadas. O SERNIC é uma das suas principais vítimas, seguida pela PRM.

Uma das mais recentes críticas da Ministra foi feita na abertura do V Conselho Coordenador do SERNIC, este mês, na província central de Tete. Na ocasião, Arsénia Massingue disse que, cinco anos após a criação do SERNIC (antiga PIC – Polícia de Investigação Criminal), os resultados esperados ainda não foram alcançados, estando o desempenho da instituição abaixo das expectativas dos cidadãos. Para sustentar a sua afirmação, a Ministra apontou, justamente, a prevalência do crime organizado, como raptos, cujos financiadores e verdadeiros mandantes o SERNIC ainda não esclareceu. Arsénia Massingue é citada pela Carta de Moçambique a referir que as habituais justificações de que se está a trabalhar e a burocracia processual não satisfazem a população.

Mas esta não é a primeira vez que a Ministra criti-

ca o SERNIC e outras instituições subordinadas ao seu Ministério. Nas celebrações do 5º aniversário do SERNIC, em Janeiro deste ano, a dirigente disse que cabia à instituição trazer respostas aos vários crimes que apoquentam a sociedade. “A prevenção e combate à criminalidade exige, do SERNIC, um quadro de pessoal devidamente instruído e treinado. Cabe ao Serviço Nacional de Investigação Criminal, enquanto instituição especializada e vocacionada para a investigação de crimes, trazer respostas contra os raptos, tráfico de drogas e o terrorismo”¹, disse.

“Para incrementar a confiança das comunidades em relação à actuação do SERNIC devem adoptar medidas operativas com vista a identificar os agentes prevaricadores no seio da corporação e aplicar sanções disciplinares”, frisando que “é altura de impermeabilizar as fileiras de Moçambique contra as atitudes que mancham a instituição”².

Em Março deste ano, Massingue também disse que o SERNIC deve parar com discursos e esclarecer crimes. “Os cidadãos, as vítimas do crime, não querem ouvir palavras como «estamos a trabalhar», «estamos a investigar», «aguarda vamos chamar». Parem com essas práticas”, recomendou a Ministra,

¹ <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Ministra-do-Interior-exige-respostas-sobre-o-crime-organizado-no-pais>

² <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Ministra-do-Interior-exige-respostas-sobre-o-crime-organizado-no-pais>

quando empossava novos dirigentes da instituição. “As vítimas dos crimes esperam, de vós, que digam quem são os autores dos crimes para que lhes possa ser feita a almejada justiça”³.

Em Outubro passado, falando à imprensa depois da aprovação pelo Parlamento do regime jurídico do cidadão estrangeiro, a Ministra voltou a referir, publicamente, que o SERNIC se tem mostrado incapaz de combater os raptos que ocorrem no país há mais de 10 anos. Este mês, foi a vez de a Ministra atirar, indirectamente, culpas para a Polícia devido à onda de assassinatos que está a sacudir a cidade da

Beira desde finais de Outubro último⁴.

Falando na semana passada, justamente na cidade da Beira, durante uma parada policial organizada pelo Comando Provincial da PRM por ocasião da visita da Ministra, Arsénia Massingue acusou a ocorrência de falhas na prevenção da criminalidade, o que resultou na onda de homicídios que abalam o Chiveve. “É nossa tarefa garantir segurança. Quando há criminalidade, significa que nós falhamos na prevenção”, disse, frente a frente, com a PRM, deixando recomendações para a “incrementem as acções operativas e preventivas para impedir que estes crimes aconteçam”⁵.

Papel dos governantes é resolver problemas

Quando passa um ano depois do empossamento de Arsénia Massingue, o CDD lembra à Ministra que o seu papel não é comentar sobre crimes, mas combatê-los de forma enérgica, o que é uma forma de garantir a segurança e proteger os direitos humanos. Na verdade, o falhanço do SERNIC e da PRM no combate à criminalidade, como são os raptos e os assassinatos, não é apenas o falhanço dessas instituições. É, isso sim, o falhanço do Ministério de que Arsénia Massingue é responsável e, acima de tudo, o falhanço do Estado em cumprir parte das suas principais razões de existência: garantir a segurança dos cidadãos e proteger os direitos humanos.

De facto, uma coisa é ter analistas políticos a descreverem o evidente falhanço do Estado em combater o crime, proteger os cidadãos e os direitos humanos, mas outra, bem diferente, é ter uma Ministra toda a hora na televisão, na rádio e nos jornais, a debitar análises sobre o trabalho de que ela

própria é a responsável máxima. Quando um país tem a sua responsável máxima em matérias de ordem e tranquilidade públicas a emitir mensagens que, a rigor, são de capitulação do Estado perante o crime, não há muito a esperar por aqueles que se colocaram num sufrágio eleitoral, com promessa de garantirem, entre outros serviços, a segurança para os cidadãos.

Nesta passagem de um ano de Arsénia Massingue como Ministra do Interior, é, pois, preciso lembrá-la que a sua missão primária é combater o crime de todas as formas e não apresentar comentários sobre o desempenho das instituições subordinadas, num quadro em que, regra geral, ela coloca-se de fora do jogo, atirando apenas culpas aos sectores. Nunca deixará de ser problemático ter uma Ministra que, além de resolver os problemas para os quais ele foi nomeada, se transforme em analista política sobre os problemas do sector.

³ <https://opais.co.mz/sernic-deve-parar-com-discursos-e-esclarecer-crimes-adverte-massingue/>

⁴ <https://cddmoz.org/escalada-de-assassinatos-na-beira-expoe-a-incapacidade-do-estado-na-proteccao-de-direitos-humanos-2/>

⁵ <https://evidencias.co.mz/2022/11/16/ministra-do-interior-assume-falhas-na-prevencao-da-criminalidade-na-beira/>



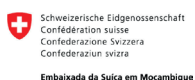
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

